



B1

ISSN: 2595-1661

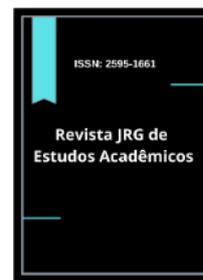
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Direitos humanos: educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural do Povo Gavião – PA

Human Rights: Indigenous School Education as a Means of Strengthening the Cultural Identity of the Gavião People – PA

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.1977

ARK: 57118/JRG.v8i18.1977

Recebido: 15/03/2025 | Aceito: 24/03/2025 | Publicado *on-line*: 26/03/2025

Rotokwyi Aiomkenti Valdenilson¹

<https://orcid.org/0009-0002-1037-6178>

<http://lattes.cnpq.br/9198999344642663>

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: rotokwyii21@gmail.com

Sara Brigida Farias Ferreira²

<https://orcid.org/0000-0001-6588-2305>

<http://lattes.cnpq.br/9477160915420773>

Universidade Estadual do Tocantins -Unitins, TO, Brasil

E-mail: sara_farias@hotmail.com

Resumo

Este estudo investiga o papel da Educação Escolar Indígena como instrumento de resistência e valorização cultural dos povos Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrâtikatêjê, habitantes da Terra Indígena Mãe Maria, no Pará. O problema central consiste nos impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos, como a BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás, que ameaçam a identidade e a coesão social do povo Gavião. Com abordagem qualitativa, a metodologia fundamenta-se em análise bibliográfica e documental, incluindo legislações, dissertações e estudos de caso. O objetivo principal é analisar a educação indígena como estratégia de fortalecimento cultural frente aos desafios da colonização e da expansão econômica. Justifica-se a pesquisa pela relevância da escola como espaço de transmissão de saberes tradicionais, promoção do bilinguismo e reforço da autonomia indígena. A escola Tatakti Kyikatêjê e o Projeto Mundiar são exemplos concretos dessa articulação, que alia ensino formal às práticas culturais, como o manejo sustentável da castanha-do-pará e a preservação da língua Jê-Timbira. Conclui-se que a educação diferenciada é essencial para a preservação da identidade e autodeterminação dos povos indígenas. Apesar dos avanços legais, persistem entraves como a precariedade de infraestrutura e a interferência externa. A participação ativa das comunidades na construção dos projetos pedagógicos é fundamental para garantir um ensino intercultural, contextualizado e alinhado às realidades locais, contribuindo para a justiça social e o reconhecimento da diversidade étnica no Brasil.

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Pós-graduanda em Direitos Humanos pela UNIFESSPA.

² Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), e mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Identidade Cultural. Povo Gavião. Resistência Sociocultural. Políticas Públicas.

Abstract

This study investigates the role of Indigenous School Education as a tool for resistance and cultural appreciation among the Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê, and Akrâtikatêjê peoples, inhabitants of the Mãe Maria Indigenous Land in the state of Pará, Brazil. The central issue lies in the socio-environmental impacts caused by large infrastructure projects, such as the BR-222 highway and the Carajás Railway, which threaten the identity and social cohesion of the Gavião people. Using a qualitative approach, the methodology is based on bibliographic and documentary analysis, including legislation, dissertations, and case studies. The main objective is to analyze Indigenous education as a strategy for cultural strengthening in the face of colonization and economic expansion challenges. The study is justified by the school's importance as a space for transmitting traditional knowledge, promoting bilingualism, and reinforcing Indigenous autonomy. The Tatakti Kyikatêjê School and the Mundiar Project are concrete examples of this articulation, combining formal education with cultural practices such as the sustainable harvesting of Brazil nuts and the preservation of the Jê-Timbira language. The study concludes that differentiated education is essential for preserving the identity and self-determination of Indigenous peoples. Despite legal advances, obstacles such as inadequate infrastructure and external interference persist. Active community participation in developing pedagogical projects is crucial to ensuring intercultural, contextualized education that aligns with local realities, contributing to social justice and the recognition of ethnic diversity in Brazil.

Keywords: Indigenous School Education. Cultural Identity. Gavião People. Sociocultural Resistance. Public Policies.

1. Introdução

Os povos Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrâtikatêjê da Montanha vivem no Território Indígena Mãe Maria, localizado no sudeste do Pará, abrangendo os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Marabá e São Geraldo do Araguaia. No entanto, essa comunidade enfrenta sérios desafios decorrentes de grandes projetos de infraestrutura na região, como a construção da Rodovia Transamazônica (BR-222), a instalação do linhão de energia da ELETRONORTE, as redes de eletricidade da empresa EQUATORIAL e a duplicação da ferrovia operada pela VALE S/A. Esses empreendimentos têm causado impactos sociais e ambientais significativos para o povo Gavião.

Diante desse cenário, a escola se estabelece como um espaço essencial de resistência cultural, desempenhando um papel fundamental na preservação e valorização das tradições. A instituição escolar contribui para o fortalecimento da língua materna, pertencente ao tronco linguístico Jê e à família Timbira, além de registrar e difundir saberes tradicionais, como o manejo do cerrado, técnicas agrícolas e práticas de caça e pesca. Também busca resgatar e valorizar mitos, narrativas históricas orais e rituais próprios da comunidade, promovendo o orgulho étnico e reforçando a identidade cultural das novas gerações. Dessa forma, a educação se torna uma ferramenta fundamental para combater o preconceito e a marginalização cultural, assegurando a continuidade da herança e dos valores do povo Gavião.

A Educação Escolar Indígena no Brasil tem sido historicamente marcada por processos de imposição cultural e marginalização dos saberes tradicionais. Desde a

colonização, a escolarização indígena foi utilizada como ferramenta de assimilação, com o objetivo de integrar esses povos à sociedade não indígena, muitas vezes desconsiderando suas línguas, culturas e formas próprias de aprendizado. Apesar dos avanços normativos e institucionais obtidos nas últimas décadas, a implementação de uma educação diferenciada, que respeite a identidade e as necessidades dos povos indígenas, ainda enfrenta desafios significativos. Diante desse cenário, surge a seguinte questão: como a Educação Escolar Indígena pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas no Brasil, especialmente no contexto do povo Gavião, do Pará?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a Educação Escolar Indígena como um instrumento de fortalecimento da identidade cultural do povo Gavião, considerando os desafios e avanços na implementação de um ensino bilíngue, intercultural e adaptado às especificidades desse grupo. Os objetivos específicos incluem: compreender o impacto da colonização na educação dos povos indígenas; investigar os principais marcos normativos que regulamentam a Educação Escolar Indígena no Brasil; discutir as políticas públicas voltadas a esse modelo educacional e seus desafios; e examinar experiências concretas do povo Gavião no fortalecimento de sua cultura por meio da educação.

A justificativa para a realização deste estudo reside na importância da Educação Escolar Indígena como mecanismo de preservação da identidade e autonomia dos povos indígenas. A garantia de um ensino que respeite as tradições e saberes ancestrais não apenas assegura o direito fundamental à educação, mas também fortalece a resistência frente às ameaças externas, como a perda territorial e a influência de modelos educacionais ocidentalizados. Além disso, compreender as especificidades desse processo pode contribuir para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às realidades indígenas.

A metodologia utilizada neste estudo baseia-se em pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. São analisadas legislações, estudos acadêmicos, relatórios institucionais e produções sobre a educação indígena, com foco na experiência do povo Gavião. A pesquisa também se apoia em estudos de caso que evidenciam a realidade desse grupo, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre os avanços e desafios enfrentados na implementação da Educação Escolar Indígena Diferenciada.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um panorama histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil, destacando o impacto da colonização e a evolução do ensino voltado a esses povos. Em seguida, discute-se o arcabouço normativo que regulamenta a educação indígena, com ênfase na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em outras legislações relevantes. No segundo capítulo, são abordadas as políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena, analisando suas conquistas e os desafios enfrentados para garantir um ensino realmente diferenciado e intercultural. Por fim, o terceiro capítulo foca na Educação Escolar Indígena como meio de fortalecimento da identidade cultural do povo Gavião, analisando suas iniciativas educacionais, dificuldades estruturais e estratégias de resistência.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para o debate sobre a importância da Educação Escolar Indígena como ferramenta de valorização e preservação das culturas indígenas, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam um ensino verdadeiramente inclusivo e alinhado às especificidades desses povos.

2. Metodologia

A metodologia adotada no artigo baseia-se em uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada da realidade sociocultural do povo Gavião no contexto da Educação Escolar Indígena. Para isso, foram realizadas análises bibliográficas e documentais, envolvendo o estudo de legislações, diretrizes educacionais, dissertações acadêmicas, relatórios institucionais e produções científicas relacionadas à temática. O foco recai sobre experiências concretas da comunidade Gavião, o que inclui o exame de práticas pedagógicas, políticas públicas e ações locais voltadas à valorização cultural por meio da educação.

3. Educação Indígena e a luta pela educação

O acesso à educação é um Direito Humano Universal, assegurado por documentos fundamentais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). No caso das comunidades indígenas, esse direito apresenta particularidades que garantem a preservação de sua identidade e autonomia.

Entre essas especificidades, destaca-se o direito de manter e fortalecer suas próprias instituições educacionais, permitindo que o ensino seja conduzido de acordo com seus valores e tradições. Além disso, a educação oferecida deve respeitar suas línguas, culturas e histórias, promovendo a valorização do conhecimento ancestral e a continuidade de suas práticas.

Outro aspecto essencial é a proteção contra qualquer forma de assimilação forçada, assegurando que os povos indígenas possam aprender e se desenvolver sem que sua identidade cultural seja ameaçada. Dessa maneira, a educação se torna um instrumento de fortalecimento da diversidade e do reconhecimento dos direitos dessas comunidades. Os marcos normativos sobre a educação indígena no Brasil incluem a Constituição Federal de 1988, onde trouxe uma grande inovação para os direitos dos povos indígenas no Brasil, consagrando a proteção e a promoção dos direitos indígenas. A Carta Magna brasileira reconhece a diversidade cultural e os direitos coletivos dos povos indígenas, estabelecendo várias garantias. Alguns dos principais dispositivos relacionados aos povos indígenas são:

- o Artigo 231 da Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito de manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além disso, garante a posse permanente de suas terras, reconhecidas como territórios indígenas, bem como o direito à educação diferenciada, que respeite sua cultura e identidade. Também estabelece a obrigatoriedade da demarcação desses territórios, protegendo-os de interferências externas;
- já o Artigo 232 da Constituição Federal reconhece os indígenas, suas comunidades e organizações como sujeitos de direitos, assegurando-lhes a legitimidade para atuar em processos judiciais e administrativos na defesa de seus interesses;
- o Artigo 210, § 2º, por sua vez, determina que a educação deve respeitar a diversidade cultural existente no país, incluindo a dos povos indígenas. Dessa forma, o ensino deve ser oferecido de maneira adequada à realidade dessas comunidades, garantindo o direito de serem educados em sua própria língua e conforme seus valores e tradições.

A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Também fez avanços significativos no reconhecimento da Educação Indígena, pois incorpora essa educação como uma forma de ensino diferenciada e voltada para a realidade dos povos indígenas. Dos pontos importantes dessa lei, estão:

- o Artigo 23 da Lei nº 9.394/1996 estabelece que a Educação Escolar Indígena deve ser estruturada de maneira a respeitar a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, garantindo que seu ensino esteja alinhado às suas especificidades. Esse mesmo artigo também determina que as Escolas Indígenas devem ser administradas com a participação ativa das comunidades indígenas, contando com o apoio do Estado e da União. Além disso, prevê que a educação indígena deve ser preferencialmente oferecida dentro de seus próprios territórios, fortalecendo sua identidade e autonomia;

- por fim, o artigo prevê que a Educação Básica Indígena deve adotar um currículo adaptado às realidades sociais, culturais e linguísticas de cada povo, assegurando que o ensino reflita e valorize seus conhecimentos e tradições.

Esses marcos normativos garantem que a educação indígena seja uma educação diferenciada, respeitando as línguas, culturas e modos de vida dos povos indígenas, além de buscar a inclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades, sem perder de vista a preservação da identidade cultural de cada comunidade indígena.

A luta dos povos indígenas pela Educação Diferenciada, ou seja, pela Educação Indígena é, antes de tudo, uma luta por autonomia, respeito aos saberes tradicionais e direito à educação de qualidade, que valorize suas línguas, culturas e modos de vida, sendo mantido principalmente o respeito de vida à natureza onde são os territórios tradicionais de cada povo indígena.

Esse âmbito de Educação que considera e valoriza as especificidades culturais, linguísticas e identitárias dos povos indígenas não se trata de uma educação excludente ou de menor qualidade, porém, de um ensino que respeita e dialoga com os saberes tradicionais, promovendo o bilinguismo, a interculturalidade e a gestão escolar própria, conforme Moreira, Cardoso e Ferreira (2025).

A Educação Escolar Indígena Diferenciada possui características fundamentais que garantem um ensino alinhado às particularidades e necessidades das comunidades indígenas. Um dos aspectos centrais é a construção de um currículo próprio, desenvolvido com a participação ativa da comunidade, assegurando que os conteúdos reflitam sua cultura e identidade.

Além disso, o ensino é bilíngue ou multilíngue, promovendo a valorização e a preservação das línguas indígenas, enquanto a formação de professores indígenas possibilita que educadores oriundos da própria comunidade assumam o papel de mediadores do conhecimento. A gestão escolar também segue um modelo comunitário e participativo, permitindo maior autonomia e envolvimento dos povos indígenas na organização da educação.

Outro ponto essencial é a integração entre os saberes tradicionais e o conhecimento do mundo não indígena, garantindo um ensino que respeita a ancestralidade e, ao mesmo tempo, prepara os estudantes para interagir com diferentes contextos sociais. Dessa forma, a educação se torna um instrumento de fortalecimento cultural e de resistência, contribuindo para a continuidade e valorização das tradições indígenas.

Além disso, temos como principais Políticas Públicas e Marcos Legais, a Constituição Federal de 1988 (Artigo 231 e 210), onde é reconhecido os direitos dos povos indígenas às suas culturas, línguas e territórios, além de prever ensino bilíngue e intercultural; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, onde dedica dispositivos específicos (Artigo 78) à Educação Indígena, assegurando uma educação bilíngue, intercultural e diferenciada; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CEB nº

3/1999 e nº 5/2012), busca normatizar a organização e funcionamento das escolas indígenas, orientando quanto ao respeito à diversidade étnico e cultural; a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio de programas e projetos conjuntos, promovem ações para a formação de professores indígenas, produção de materiais didáticos e apoio às comunidades indígenas; por fim o Programa Nacional de Educação Escolar Indígena, onde são incluídos ações de formação inicial e continuada de professores indígenas, valorização das línguas nativas e apoio às práticas pedagógicas diferenciados.

Apesar dos avanços, a Educação Indígena Diferenciada ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se a necessidade de garantir a formação continuada e a valorização dos professores indígenas, além da precariedade da infraestrutura das escolas localizadas em territórios indígenas. A escassez de materiais didáticos bilíngues adequados também compromete a qualidade do ensino, assim como a falta de respeito às decisões das comunidades sobre seus próprios projetos pedagógicos. Além disso, ameaças externas, como mineração, desmatamento e perda de território, impactam diretamente a continuidade dessa educação.

Para que a educação indígena cumpra seu papel de preservar a cultura, o território e a identidade desses povos, é essencial que os indígenas sejam protagonistas na construção desse modelo educacional, conforme Moreira, Cardoso e Ferreira (2025). Nesse sentido, muitas comunidades criam e administram suas próprias escolas, garantindo autonomia sobre o ensino. Além disso, exigem participação ativa na formulação de políticas públicas e se organizam por meio de encontros, assembleias e movimentos de articulação, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fortalecendo a luta pela garantia de seus direitos educacionais.

4. Educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural do Povo Gavião – PA

O Território Indígena Mãe Maria está localizado no município de Bom Jesus do Tocantins, no Pará, e abrange uma área de aproximadamente 62.488 hectares. Esse território foi destinado aos povos Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrätikatêjê, que passaram a viver em um único grupo entre os anos de 1971 e 1983. Embora essa unificação tenha contribuído para o fortalecimento populacional, também resultou na perda de alguns direitos específicos, principalmente para os Akrätikatêjê da Montanha, que ainda enfrentam as consequências desse processo (Ricardo, 1985).

O território está delimitado pelo Rio Flecheiro, a oeste, próximo ao bairro Morada, em Marabá, e pelo Rio Jacundá, a leste, na direção de Santo Antônio, no quilômetro 40 do município de Bom Jesus do Tocantins. Com o crescimento da ocupação ao redor da área, as invasões ao território têm se tornado mais frequentes, intensificando os desafios enfrentados pelos povos indígenas (Ricardo, 1985)

Os Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrätikatêjê da Montanha foram denominados "Gavião" pelos não indígenas, uma referência ao uso de penas dessa ave na confecção de flechas, tradicionalmente utilizadas para caça, pesca e proteção. O povo Gavião fala uma língua pertencente ao tronco Jê-Timbira, do grupo Macro-Jê, mas, devido ao contato frequente com não indígenas, a quantidade de falantes tem diminuído significativamente. Esse fenômeno se intensificou após o deslocamento compulsório para o Território Indígena Mãe Maria, uma mudança forçada que ocorreu devido à chegada de grandes empreendimentos na região (Ricardo, 1985).

A aldeia Krytytykrekrô, localizada anteriormente na área de Praialto, foi desocupada devido à instalação de grandes obras, forçando os habitantes a se mudarem para o atual território. Assim, a nova aldeia Parkatêjê foi fundada, sendo um reflexo do deslocamento forçado que afetou outros grupos Gavião. Os Kyikatêjê, por exemplo, vieram do Maranhão e ficaram conhecidos como "Grupo do Maranhão". Já os Akrãtikatêjê da Montanha foram removidos de seu território original devido à construção da barragem de Tucuruí pela Eletronorte, sendo obrigados a se integrar aos demais povos no território de Mãe Maria (Krôhokrenhum, 2011).

Apesar de todos os desafios enfrentados, os Gavião mantêm sua cultura viva, preservando seus rituais sagrados e respeitando sua estrutura de governança, onde o cacique principal lidera as decisões com o apoio de lideranças comunitárias. Além disso, a organização social do grupo reforça a importância da propriedade coletiva e da hierarquia tradicional, garantindo a continuidade de seus costumes.

Atualmente, a população Gavião supera mil pessoas, segundo registros da SESAI (2020). O crescimento demográfico inclui não apenas descendentes diretos, mas também indivíduos de outros grupos indígenas, como Tembê, Xerente, Guarani, Karajás, Krikati, Canela e Krahô, além de pessoas não indígenas que se integraram à comunidade. Entretanto, o Território Indígena Mãe Maria está entre os mais impactados do Brasil, sofrendo constantes ameaças causadas por grandes projetos de desenvolvimento. Essas transformações afetam diretamente a organização social e cultural do povo Gavião, resultando na fragmentação das famílias, no crescimento desordenado das aldeias e na dificuldade de se estabelecer consensos sobre a gestão territorial (Krôhokrenhum, 2011).

Com a ampliação dos empreendimentos na região, diversas empresas têm interferido nas decisões internas, promovendo divisões entre as comunidades e causando conflitos internos. A crescente influência de fatores externos tem comprometido a coesão cultural, ameaçando a preservação da identidade do povo Gavião. Atualmente, o território abriga aproximadamente 23 aldeias, algumas ainda em fase de construção, reflexo dos deslocamentos forçados e das transformações impostas pelo avanço do capitalismo e dos megaprojetos de infraestrutura que atravessam a região desde décadas passadas (Krôhokrenhum, 2011).

Ao longo dos anos, o Território Indígena Mãe Maria e o povo Gavião têm enfrentado diversas violações de direitos, especialmente no que se refere à impossibilidade de contestar a instalação de grandes empreendimentos que atravessam seu território e impactam diretamente suas vidas. Como destaca Ribeiro (2020), as obras de infraestrutura na região incluem a construção de linhas de transmissão de energia da Eletronorte e da CELPA, a Estrada de Ferro Carajás (VALE), a Rodovia BR-222 (antiga PA-70) e, mais recentemente, a ameaça da construção da Hidrelétrica de Marabá (ELETROBRÁS), ao sul da área.

A chegada desses projetos começou a afetar diretamente a vida dos Gavião ainda no final dos anos 1960, com a abertura da Rodovia PA-70, que mais tarde se tornaria a BR-222. Segundo Ribeiro (2020), nessa época não havia regulamentações que exigissem estudos ambientais ou sociais sobre o impacto da obra no território indígena. Assim, a estrada foi construída rapidamente, sem medidas de compensação ou mitigação, o que resultou na destruição de extensas áreas de castanhal e na modificação do ambiente natural (Ribeiro Junior, 2020).

Com a conclusão da rodovia, as consequências se tornaram mais evidentes. Como destaca Ribeiro (2020), além de alterar a paisagem e os recursos naturais, a estrada se tornou um ponto de passagem que expôs os Gavião a diversos problemas, como o aumento da caça predatória, incêndios nas margens da rodovia, degradação

da qualidade do ar e alteração dos cursos hídricos. O fácil acesso ao território também facilitou a ocorrência de assaltos e até sequestros em algumas aldeias, incluindo a Akrätikatêjê.

Outro grande impacto veio com a instalação das Linhas de Transmissão de Energia da Eletronorte, iniciada em 1977. Conforme descrito por Ribeiro (2020), esse sistema de transmissão elétrica, que se estende até o Maranhão, atravessa diretamente a Terra Indígena Mãe Maria, além de afetar outras terras indígenas, como Krikati, Morro Branco e Cana Brava. Além das torres de alta tensão da Eletronorte, ainda há linhas de transmissão menores da CELPA, que levam eletricidade às vilas próximas, intensificando os impactos na região (Ribeiro Junior, 2020).

A Estrada de Ferro Carajás, construída na década de 1980 para o transporte de minério de ferro da Serra dos Carajás ao Porto do Itaqui, no Maranhão, é considerada uma das obras que mais causaram descontentamento ao povo Gavião. Como aponta Ribeiro (2020), as negociações para a implantação desse projeto foram feitas apenas com os Parkatêjê, sem envolver os Kyikatêjê e os Akrätikatêjê da Montanha, o que gerou a falsa impressão de que havia um único grupo no território. Além disso, a ferrovia intensificou a vulnerabilidade da região, facilitando invasões para caça e extração de castanhas, além de contribuir para a degradação ambiental, com a poluição do ar e o barulho intenso das locomotivas.

Atualmente, discute-se a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, o que pode dobrar os impactos negativos já enfrentados pelo Território Indígena Mãe Maria e seus habitantes. Além dos danos ambientais e sociais, as comunidades vêm enfrentando divisões internas cada vez mais acentuadas, impulsionadas por interesses financeiros relacionados à atuação de empresas como a Vale (Ribeiro Junior, 2020).

A crescente interferência externa, associada à perda de territórios e à modificação da estrutura social dos Gavião, tem causado um enfraquecimento das tradições culturais. A língua materna, por exemplo, tem sido cada vez menos falada pelas novas gerações, restringindo-se principalmente aos mais velhos, que a utilizam em eventos tradicionais, como os jogos de flechas. Muitos jovens evitam falar a língua indígena por vergonha, e as lideranças comunitárias já não incentivam seu uso como antes (Ribeiro Junior, 2020).

Outro efeito preocupante das transformações recentes é a mudança no papel das lideranças indígenas. Segundo Ribeiro (2020), a influência econômica passou a determinar o status de um cacique, com empresas exercendo forte impacto sobre as decisões internas das comunidades. Atualmente, muitas decisões políticas e econômicas não são mais tomadas coletivamente, ficando restritas a pequenos grupos, o que compromete a estrutura tradicional de governança dos Gavião.

Esse cenário tem levado ao distanciamento entre as comunidades e ao enfraquecimento da identidade cultural. A busca individual por benefícios financeiros tem causado desunião entre os povos indígenas do Território Indígena Mãe Maria, gerando conflitos internos e colocando em risco o respeito às tradições e à organização social que sempre caracterizaram o povo Gavião (Valdenilson, 2023).

A educação escolar indígena no Brasil representa um dos mais significativos desafios no campo das políticas públicas, pois exige não apenas acesso ao ensino formal, mas também a construção de um modelo pedagógico que respeite a diversidade cultural, linguística e histórica dos povos originários. Historicamente, a escolarização dos indígenas foi marcada por processos de imposição cultural e desvalorização de seus conhecimentos tradicionais. No entanto, ao longo das últimas décadas, comunidades indígenas têm reivindicado uma educação diferenciada, que

valorize seus modos de vida e conhecimentos ancestrais, promovendo sua autonomia e identidade.

Para que a educação cumpra esse papel, é essencial que as ferramentas educacionais sejam adaptadas à realidade indígena, considerando a integração entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos. A educação bilíngue, a utilização de metodologias participativas e o respeito às práticas culturais são elementos fundamentais para garantir um ensino significativo e emancipador. Além disso, iniciativas voltadas à produção de materiais didáticos contextualizados e à capacitação de professores indígenas reforçam o protagonismo dessas comunidades na gestão da própria educação (Oliveira, 2023).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível analisar experiências bem-sucedidas e desafios enfrentados por diferentes povos indígenas na luta por uma educação que atenda às suas necessidades específicas. Este estudo busca contribuir para essa reflexão, trazendo à tona experiências de comunidades que adotaram abordagens inovadoras na educação escolar indígena, demonstrando como a valorização dos conhecimentos tradicionais pode fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento sustentável das populações indígenas.

A Educação Indígena no Brasil tem sido um campo de luta constante, tanto por reconhecimento quanto pela efetivação de políticas públicas que respeitem as especificidades culturais, linguísticas e históricas dos povos indígenas. Ou seja, partindo desse conceito sobre a valorização da cultura dos povos indígenas, é importante tratarmos da Educação Diferenciada. A dissertação "Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar" discute a educação escolar indígena no Brasil, tomando como estudo de caso o povo Kyikatêjê, localizado na Reserva Indígena Mãe Maria, no estado do Pará. A pesquisa destaca a luta dessa comunidade pela construção de uma educação diferenciada, que respeite sua cultura, identidade e autonomia (Fernandes, 2010).

O trabalho parte do reconhecimento histórico da educação escolar indígena como um instrumento de dominação estatal, mas ressalta a apropriação desse espaço pelas próprias comunidades indígenas como uma ferramenta de resistência e empoderamento. A dissertação analisa a trajetória histórica dos Kyikatêjê, seus desafios e conquistas no campo educacional, especialmente após a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e a Convenção 169 da OIT, que garantiram avanços legais para a educação escolar indígena (Fernandes, 2010).

O estudo apresenta a Escola Tatakti Kyikatêjê como um modelo que busca integrar saberes tradicionais e conhecimentos formais, promovendo um ensino bilíngue, intercultural e voltado para a autodeterminação indígena. São analisadas as estratégias adotadas pelas lideranças para garantir a efetivação do direito à educação em diversos níveis, além dos desafios enfrentados, como a presença de professores não indígenas pouco familiarizados com a cultura local e a dificuldade de implementação de currículos específicos (Fernandes, 2010).

A autora argumenta que a luta pela Educação Indígena Escolar, ou seja, uma educação pensada e gerida pelos próprios indígenas, é fundamental para garantir a preservação da identidade e a autonomia dos povos originários. O trabalho enfatiza que, apesar dos avanços legais, a realidade cotidiana ainda impõe barreiras estruturais e políticas para a implementação de uma educação verdadeiramente diferenciada e de qualidade nas aldeias indígenas (Fernandes, 2010).

A dissertação aborda a aplicação de diferentes projetos na comunidade Kyikatêjê, destacando iniciativas voltadas à valorização da cultura local, à autonomia

na gestão comunitária e ao fortalecimento da educação escolar indígena diferenciada. Dentre essas ações, foram promovidas oficinas pedagógicas que envolveram educandos, professores e outros membros da comunidade na produção de materiais didáticos bilíngues, com o objetivo de preservar e fortalecer a língua materna e os conhecimentos tradicionais do povo Kyikatêjê. Essas atividades incluíram a confecção de instrumentos e materiais utilizados nas pinturas corporais, frequentemente empregadas em festividades e rituais. Além disso, houve uma ação específica voltada à gastronomia tradicional, na qual as mulheres mais velhas orientaram os participantes no preparo do Kuputi Kyikatêjê, alimento característico da cultura local. Outra iniciativa relevante foi a catalogação e o estudo dos nomes pessoais Kyikatêjê, ressaltando seus significados e a importância da nomeação dentro da estrutura de parentesco da comunidade (Fernandes, 2010).

No que diz respeito à gestão comunitária, a dissertação evidencia o processo de reorganização administrativa da Associação Indígena Gavião Kyikatêjê Amtáti, que, em 2004, passou a ser gerida diretamente pelas lideranças da aldeia. Esse movimento teve como propósito garantir maior independência e fortalecer a capacidade da comunidade na administração de seus próprios projetos, abrangendo áreas como saúde, educação e desenvolvimento sustentável. A mudança marcou um avanço na luta pela autodeterminação, permitindo que os próprios indígenas conduzissem suas demandas e negociações sem a intermediação de entidades externas (Fernandes, 2010).

Já o estudo de Oliveira (2023) analisou o processo de apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pelo Povo Gavião da aldeia Akrôtkatêjê, localizada na Terra Indígena Mãe Maria, no estado do Pará. A pesquisa investigou a forma como essas tecnologias foram incorporadas à vida cotidiana dos indígenas, destacando os impactos socioculturais e as ressignificações dessas ferramentas dentro da cultura Gavião.

O trabalho foi estruturado em capítulos que apresentaram, primeiramente, um contexto histórico da chegada do Povo Gavião à Terra Indígena Mãe Maria e o processo de neoaldeamento, no qual novas aldeias surgiram em resposta a dinâmicas sociais internas. A pesquisa etnográfica realizada na aldeia Akrôtkatêjê permitiu a análise detalhada da chegada das TICs e de seu papel na construção da identidade coletiva, especialmente a partir de narrativas dos indígenas mais velhos e jovens.

A dissertação enfatizou que o uso das TICs pelos povos indígenas não deveria ser visto como um afastamento de suas tradições, mas sim como uma estratégia de resistência e reafirmação cultural. As redes sociais, por exemplo, tornaram-se um espaço fundamental para a comunicação, mobilização política e defesa de direitos indígenas. Apesar das dificuldades de acesso à internet e da infraestrutura inadequada, as lideranças indígenas articularam formas de garantir conectividade e autonomia tecnológica.

No que diz respeito às consequências socioculturais, a pesquisa apontou que as TICs influenciaram não apenas a comunicação e a organização interna, mas também processos políticos e jurídicos relacionados ao território indígena. O estudo concluiu que a apropriação dessas tecnologias pelos Gavião ocorreu dentro de uma lógica própria, na qual elementos da modernidade foram integrados à cosmovisão indígena, promovendo novos modos de organização social e resistência contra a marginalização histórica sofrida pelos povos originários.

Outro aspecto abordado no trabalho diz respeito à implementação dos Territórios Etnoeducacionais, uma política pública voltada à educação diferenciada para os povos indígenas. Apesar de representar um avanço normativo, essa proposta

gerou preocupações entre as lideranças Kyikatêjê, que temiam que sua aplicação ocorresse sem uma consulta ampla e efetiva às comunidades. Essa falta de diálogo poderia comprometer a autonomia das escolas indígenas e a adequação do ensino às especificidades culturais e sociais do povo Kyikatêjê, colocando em risco a construção de um modelo educacional verdadeiramente alinhado às necessidades da comunidade (Fernandes, 2010).

Outro exemplo de programas de educação que respeitaram a cultura indígena, em 2017, estudantes da aldeia Akrãtikatêjê, no Pará, concluíram um curso sobre manejo sustentável da castanha-do-pará, promovido pelo Projeto Florestabilidade. A iniciativa, vinculada ao ensino de Estudos Amazônicos, faz parte do Projeto Mundiar, criado em 2014 para reduzir a evasão escolar e corrigir a defasagem idade/série entre indígenas (Pará, 2017).

Os participantes aprenderam sobre a importância econômica, social e ambiental da castanha, combinando teoria e prática. O curso utilizou metodologias de ensino à distância e atividades presenciais, como a higienização e embalagem dos frutos. Além disso, a cacique Kátia Tonkiré ofereceu aulas da língua indígena Jê, reforçando a valorização da cultura local. Com o sucesso do programa, mais jovens demonstraram interesse em participar da formação (Pará, 2017).

Em 2018, jovens da Nação Indígena Gavião concluíram o ensino médio sem precisar sair da aldeia Akrãkikatêjê, em Bom Jesus do Tocantins (PA), graças ao Projeto Mundiar, iniciativa da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para combater a evasão escolar e adaptar o ensino à realidade indígena. A escola, construída em formato de maloca e integrada à natureza, foi essencial para a permanência dos alunos. Sob a liderança da cacique Kátia Tonkyre, que assumiu o compromisso de garantir a formação dos estudantes, 19 dos 21 matriculados se formaram (Pará, 2018).

A cerimônia ocorreu na Escola Hôpnyre Ronoré Jopikti Payaré e seguiu as tradições do povo Gavião. Além da conquista do ensino médio, seis alunos ingressaram na universidade. A escola bilíngue e o ensino contextualizado reforçam a identidade indígena, garantindo a continuidade cultural. O Projeto Mundiar expandiu-se para outras aldeias e, na região, conta com 200 turmas. A iniciativa fortalece a autonomia indígena, permitindo que os alunos adquiram conhecimento sem abrir mão de sua cultura (Pará, 2018).

Em 2024, um projeto desenvolvido no Pará busca registrar e disseminar os conhecimentos ancestrais dos povos Kahyana e Katxuyana sobre o txama txama, arte plumária confeccionada com penas de gavião-real ou arara. A iniciativa, promovida pela Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK) em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), conta com financiamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), gerenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Brasil, 2024).

A ação foi apresentada durante o lançamento do programa Grande Tumucumaque, em Santarém (PA), e abrangerá três Terras Indígenas (Tumucumaque, Paru d'Este e Zo'é) e duas Unidades de Conservação. O objetivo é garantir a proteção territorial e o monitoramento da biodiversidade na região habitada por diversos povos indígenas (Brasil, 2024).

O projeto “Artes do Txama Txama: Documentando nossas práticas e saberes, fortalecendo nossas existências, salvaguardando nosso patrimônio” pretende catalogar e inserir esses conhecimentos na plataforma Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan. A proposta visa fortalecer a identidade cultural

indígena, assegurando a continuidade dessas práticas para as futuras gerações (Brasil, 2024).

Atualmente, apenas três mestres-anciãos dominam a confecção do txama txama, que, até a década de 1960, era utilizado em rituais espirituais. Para garantir a preservação desse patrimônio, a iniciativa capacitará pesquisadores locais e promoverá encontros e festividades, além de documentar os processos em registros audiovisuais. A equipe do projeto inclui mestres-anciãos, jovens pesquisadores indígenas, uma bióloga, uma historiadora e uma gestora dos povos Kahyana e Katxuyana, reforçando o protagonismo indígena na preservação de sua própria cultura.

Criado pelo Decreto nº 3.551/2000, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial busca reconhecer e fomentar a preservação de saberes tradicionais no Brasil. Em 2023, um edital do programa disponibilizou R\$ 7,5 milhões para financiar iniciativas voltadas à valorização do patrimônio imaterial, incluindo o projeto Artes do Txama Txama (Brasil, 2024).

A proposta se alinha aos objetivos do PNPI, que incluem a criação de indicadores para avaliar a valorização do patrimônio cultural, a captação de recursos e o incentivo a parcerias para a preservação e expansão das práticas tradicionais. Com isso, o projeto fortalece a identidade dos povos indígenas e assegura a transmissão de seus saberes para as futuras gerações (Brasil, 2024).

5. Considerações Finais

A Educação Escolar Indígena no Brasil tem sido marcada por um processo contínuo de luta e resistência dos povos indígenas para garantir o direito a uma educação que respeite suas identidades culturais, linguísticas e sociais. Historicamente, a imposição do modelo educacional eurocêntrico teve um impacto profundo na estrutura tradicional de transmissão de conhecimentos dos povos originários, contribuindo para a marginalização de suas culturas e saberes. No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988 e da criação de marcos normativos específicos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), houve avanços significativos no reconhecimento e na valorização da educação diferenciada para essas comunidades.

A análise das políticas públicas voltadas para a Educação Escolar Indígena evidencia tanto progressos quanto desafios que ainda precisam ser superados. A garantia do ensino bilíngue e intercultural, a formação de professores indígenas e a produção de materiais didáticos específicos são conquistas fundamentais que contribuem para o fortalecimento da identidade e da autonomia dos povos indígenas. No entanto, ainda há barreiras estruturais que dificultam a implementação plena desse modelo educacional, incluindo a precariedade da infraestrutura escolar, a escassez de recursos e a instabilidade das políticas governamentais.

O estudo sobre a Educação Escolar Indígena como fortalecimento da identidade cultural do povo Gavião – PA demonstra como a luta por uma educação diferenciada é essencial para a preservação dos conhecimentos tradicionais e para a resistência frente às ameaças externas, como a exploração econômica e a perda territorial. As experiências de ensino no Território Indígena Mãe Maria ressaltam a importância da participação ativa das comunidades indígenas na construção de seus próprios projetos pedagógicos, assegurando que o ensino seja conduzido de maneira alinhada às suas necessidades e aspirações.

Diante desse contexto, fica evidente que a Educação Escolar Indígena não deve ser vista apenas como um direito fundamental, mas como um instrumento

essencial para a manutenção da diversidade cultural e para a promoção da justiça social. Para que esse direito seja efetivado, é necessário um compromisso contínuo do Estado e da sociedade na defesa das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, garantindo não apenas o acesso à educação, mas também a valorização e o respeito às suas culturas e modos de vida. O fortalecimento da Educação Escolar Indígena significa, portanto, a preservação da memória, da língua e da identidade desses povos, contribuindo para um Brasil mais plural, justo e equitativo.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **No Pará, projeto promove documentação e disseminação de práticas e saberes indígenas**. 2024. Disponível em: 18 mar. 2025. Acesso em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/no-para-projeto-promove-documentacao-e-disseminacao-de-praticas-e-saberes-indigenas>.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

KRÔHÔKREHUM JÕPAIPAIRE, Toprämre. **Mê ikwy tekjê ri: Isto pertence ao meu povo**. Marabá, PA: GKNORONHA, 2011.

MOREIRA, Gildete Pompeu; CARDOSO, Leiciane Moreira; FERREIRA, Sara Brigida Farias. **Educação Básica: um direito constitucional uma análise na Comunidade Remanescente de Quilombo Jutaí – Breu Branco/PA**. 2025. *In*: II Seminário de Direitos Humanos. IEDS. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

OLIVEIRA, Thiago Allan Ribeiro de. **O Povo Gavião e a Apropriação das TICs na Terra Indígena Mãe Maria: Resistência e Ressignificação Tecnológica**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.

PARÁ. Agência Pará. **Projeto Mundial valoriza saberes tradicionais na aldeia Gavião Akrätikatêjê**. 2017. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/2568/projeto-mundial-valoriza-saberes-tradicionais-na-aldeia-gaviao-akratikateje>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PARÁ. Agência Pará. **Projeto Mundial se firma como estratégia de autonomia pela educação**. 2018. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/3949/projeto-mundial-se-firma-como-estrategia-de-autonomia-pela-educacao>. Acesso em: 16 mar. 2025.



RIBEIRO JUNIOR, Ribamar et al. **Nós estamos igual kapràn**: um estudo da Terra Indígena Mãe Maria no contexto dos nealdeamentos. Trabalho de Conclusão do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2020.

RICARDO, Carlos Alberto. Povos indígenas no Brasil: sudeste do Pará, Tocantins. In: **Povos indígenas no Brasil**: sudeste do Pará, Tocantins. São Paulo : CEDI, 1985. p. 227-227.